

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Primo Menegalli Junior, Diretor Administrativo, e Henrique de Souza Bernadinho na qualidade de contador responsável pela contabilidade da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, , veem pela presente, apresentar as demonstrações financeiras referente ao 1º semestre de 2023, divulgadas no site <https://consorciomenegalli.com.br/demonstracoes-financeiras>, cumprindo desta forma determinação dos incisos I ao V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

Demonstrações Financeiras:

- *Balanco Patrimonial;*
- *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstração de Resultado;*
- *Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;*
- *Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;*
- *Demonstração dos Fluxos de Caixa;*
- *Demonstração do Resultado Abrangente.*

Diretor Administrativo
 Contador CRC: SC-037282/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

Primo Menegalli Junior, na qualidade de administrador, da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, através da presente DECLARA que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 do Banco Central do Brasil. Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Primo Menegalli Junior

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 30.06.2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Menegalli Administradora de Consórcios Ltda., tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de automóveis e motocicletas, oportunizando a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de imóvel residencial ou comercial.

Em 30.06.2023 a empresa administrava 30 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 3.613 consorciados, sendo que, no primeiro semestre de 2023, totalizou 2.500 bens entregues. No período, apresentou lucro líquido de R\$ 406.006,00, registrando aumento de R\$ 16.639,00 ou de 4,28% em relação ao segundo semestre de 2022, as receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram no primeiro semestre de 2023 R\$ 2.224.722,00.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	4.769.236	4.520.547	Circulante			
Impostos a Recuperar	05	37.116	52.679	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	09	120.204	104.180
Pagamentos a Ressarcir	06	589.771	575.687	Provisões para Pagamentos a Efetuar	10	1.531.771	1.704.144
Outros Créditos	07	29.256	42.342	Total do Passivo Circulante		1.651.975	1.808.324
Despesas do Exercício Seguinte		355	888				
Total do Ativo Circulante		5.425.734	5.192.143	Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Recursos a Receber de Cobrança Judicial			
Valores a Receber de Cobrança Judicial	08			Obrigações tributarias			
Imobilizado	08	768.569	752.503	Total do Passivo Não Circulante			
Total do Ativo Não Circulante		768.569	752.503	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	11	1.969.000	1.969.000
				Reservas de Capital		745	745
				Lucros Acumulados		2.572.583	2.166.577
TOTAL DO ATIVO		6.194.303	5.944.646	Total do Patrimônio Líquido		4.542.328	4.136.322
				TOTAL PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		6.194.303	5.944.646

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	1.969.000	745	2.661.743	4.631.488
Resultado do Semestre			247.790	247.790
Distribuição de Lucros			(1.132.323)	(1.132.323)
Em 30 de junho de 2022	1.969.000	745	1.777.210	3.746.955
Em 31 de dezembro de 2022	1.969.000	745	2.166.577	4.136.322
Resultado do Semestre			406.006	406.006
Distribuição de Lucros				
Em 30 de junho de 2023	1.969.000	745	2.572.583	4.542.328

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>1º Semestre 2023</u>	<u>1º Semestre 2022</u>
Receitas de Intermediação Financeira		366.563	278.146
Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários	12	366.563	278.146
Resultado Bruto de Intermediação Financeira		366.563	278.146
Outras Receitas/Despesas Operacionais		304.611	124.623
Receitas de Prestação de Serviços	12	2.135.258	2.066.427
Despesas Administrativas		(1.266.935)	(1.109.307)
Despesas de Pessoal		(612.866)	(584.016)
Outras Despesas Administrativas			
Despesas Tributárias		(397.468)	(390.346)
Outras Receitas Operacionais	12	446.622	141.865
Resultado Operacional		671.174	402.769
Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro		671.174	402.769
Imposto de Renda e Contribuição Social	05	(265.168)	(154.979)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício		406.006	247.790
Número de Cotas		1.969.000	1.969.000
Lucro/Prejuízo líquido por Quota		0,21	0,13

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

	<u>1º Semestre 2023</u>	<u>1º Semestre 2022</u>		<u>1º Semestre 2023</u>	<u>1º Semestre 2022</u>
Disponibilidade no Início	10.727.386	10.624.420	(-) Recursos Utilizados	(19.159.421)	(13.450.405)
Disponibilidades	95.264	277.430	Aquisição de Bens	(11.387.968)	(10.850.424)
Aplicações Financeiras grupo	6.623.511	4.178.752	Taxa de Administração	(2.027.073)	(1.903.819)
Aplic. Fin. Vinc. Contemplação	4.008.611	6.168.238	Multas e Juros moratórios	(54.095)	(48.032)
			Prêmio de Seguros Pagos	(216.443)	(253.683)
(+) Recursos Coletados	15.134.856	14.095.491	Custas Judiciais		
Contr. para Aquisição de Bens	12.175.095	11.378.203	Devolução de Consorciados Desligados	(5.367.429)	(333.615)
Taxa de Administração	2.040.327	1.897.117	Outros	(106.413)	(60.832)
Contr. Fundo de Reserva	27.722	5.250			
Rend. Aplicações Financeiras	445.488	430.913	Disponibilidades no Final do Período	6.702.821	11.269.506
Multas e Juros moratórios	112.680	100.691	Disponibilidades	52.265	117.989
Prêmio de Seguro	208.987	250.232	Aplic. Financeiras do grupo	2.156.265	6.328.319
Custas Judiciais			Aplic. Fin Vinc. Contemplação	4.494.290	4.823.198
Reemb. Despesas de Registro					
Outros	124.557	33.085			

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Passivo</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	52.265	95.264	Obrigações Com Consorciados	16.488.147	15.962.676
Aplicações Financeiras	6.650.555	10.632.123	Valores A Repassar	886.841	1.453.252
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Normais	15.598.896	15.702.409	Obrigações por Contemplações a Entregar	4.484.097	4.008.611
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Em Atraso	2.008.737	1.360.210	Obrigações com Administradora		
Direitos Junto a Cons. Contem - Em Cobr. Judicial	6.912.933	7.014.902	Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	8.629	7.413
Total do Ativo Circulante	31.223.386	34.804.908	Ativos - Pelo Rateio		
			Recur. a Devolver a Consorciados Desligados	6.591.176	11.108.511
Compensação			Recursos do Grupo	2.660.896	2.149.940
Prev. Mensal de Rec. a Receber de Consorciados	1.387.678	1.631.003	Total do Passivo Circulante	31.223.386	34.804.908
Contribuições Devidas ao Grupo	65.031.231	67.204.843			
Consortiados - Bens a Contemplar	56.831.914	58.950.427	Compensação		
Total Compensação	123.250.823	127.786.273	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	1.387.678	1.631.003
			Obrigações do Grupo por Contribuições	65.031.231	67.204.843
Total do Ativo	154.474.209	162.591.181	Bens ou Serviços a Contemplar	56.831.914	58.950.427
			Total Compensação	123.250.823	127.786.273
			Total do Passivo	154.474.209	162.591.181

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

<u>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</u>	<u>1º Semestre 2023</u>	<u>1º Semestre 2022</u>
a) Resultado Líquido Ajustado	421.862	259.647
Lucro (Prejuízo) Líquido Do Período/Exercício	406.006	247.790
Depreciação	15.856	11.857
b) (Acréscimo) Decréscimo Do Ativo	15.098	(36.280)
Outros Créditos	13.086	21.725
Impostos a Recuperar	15.563	(22.184)
Pagamentos a Ressarcir	(14.084)	(36.796)
Despesas do Exercício Seguinte	533	975
Valores a Receber de Cobrança Judicial		
c) Acréscimo (Décrécimo) Do Passivo	(156.349)	(1.820.990)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	16.024	38.021
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	(172.373)	(1.859.011)
Recursos a Receber de Cobrança Judicial		
Obrigações Tributárias Diferidas		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	280.611	(1.597.623)
Fluxo de Caixa Das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(31.922)	
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(31.922)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Distribuição de Lucros		(11.323)
Caixa Líquido Usado Nas Atividades de Financiamentos		(11.323)
Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes	248.689	(1.608.946)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.520.547	5.723.426
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.769.236	4.114.480

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 30/06/2023 (Em milhares de reais)

	<u>1º Semestre 2023</u>	<u>1º Semestre 2022</u>
Resultado Líquido do Exercício	406.006	247.790
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	406.006	247.790

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Menegalli Administradora de Consórcios LTDA., com sede em Araranguá/SC, iniciou suas atividades em 1983 e tem por objeto a formação e administração de grupos de consórcios em geral, obedecendo aos preceitos legais. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Instituição atua, e representam a sua posição patrimonial e financeira em 30 de junho de 2023, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2023, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas

Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 14 de julho de 2023.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Menegalli Consórcios. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em Reais (R\$).

c) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**(I) Normas a serem aplicadas em períodos futuros**

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025.

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução.

Resolução BCB nº 234 de 27 de junho 2022. A Resolução dispõe sobre a constituição e o funcionamento das administradoras de consórcio e que as administradoras que forem constituídas sob a forma de sociedade limitada devem prever em seu contrato social a observância supletiva da Lei nº 6.404,

de 15 de dezembro de 1976, nos termos do parágrafo único do art. 1.053 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inclusive no que diz respeito à retenção de lucros e à constituição, à reversão e à utilização de reservas.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Da Administradora

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Receita de taxa de administração

Conforme item 9 do CPC 47, o processo de reconhecimento da receita se inicia com a identificação do contrato, sendo que a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- (i) as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) (ii) a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (iii) (iii) a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (iv) (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e,
- (v) (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido. Nesse sentido, a contraprestação destas cotas será reconhecida como receita quando do seu efetivo recebimento, devido à incerteza de sua realização financeira.

A obrigação de desempenho da Menegalli é cumprida com a prestação de serviços relacionados à formação, organização e administração dos grupos de consórcio até o seu encerramento. Em consonância com as características intrínsecas do produto a maior parte dos pagamentos realizados pelos clientes ocorrem dentro da competência.

O valor da receita reflete a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para o cliente. O preço da transação é definido contratualmente como um percentual do valor do bem de referência e não está sujeito a reduções.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e a depreciação é reconhecida pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo equipamentos de informática e veículos - 20% e móveis, utensílios e instalações - 10%, nos termos da Resolução BCB Nº 6, de 12 de agosto de 2020.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos

Conforme Resolução BCB Nº 120, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis e estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável.

h) Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “*pro-rata die*”.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$20.000 mensais (R\$240.000) para o ano). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias utilizando-se as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

j) Eventos subsequentes

De acordo com a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras.

3.2 Dos Grupos de Consórcio

a) Disponibilidades

Representa os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de grupo, por ocasião das assembleias, não incluindo a taxa de administração sobre os mesmos.

b) Direito junto a consorciados contemplados

Representa os recursos a receber dos consorciados já contemplados (Fundo Comum e Fundo de Reserva), incluídos os direitos em atraso e em cobrança judicial, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (Fundo Comum e Fundo de Reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 30 de junho de 2023.

e) Contribuições devidas ao grupo

Referem-se às contribuições (Fundo Comum e Fundo de Reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.

f) Obrigações com consorciados

Representam os valores registrados como obrigações junto aos consorciados devendo ser mantidos controles individualizados, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

g) Valores a repassar

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

i) Recursos a devolver a consorciados

Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

j) Recursos dos grupos

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

k) Obrigações do grupo por contribuições

Representam todas as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo, a título de fundo comum e de fundo de reserva, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

l) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Representam valor total dos bens ou serviços a entregar em assembleias futuras, incluídas suas atualizações, até o final do grupo, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

3.3 Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupo

a) Recursos coletados

Representam recursos coletados dos grupos dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

b) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguro, devoluções e distribuição de valores remanescentes do fundo de reserva.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em caixa, depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	2.741	22.381
Depósitos bancários à vista	20.848	9.910
Aplicações Fundos de Investimentos	4.745.647	4.488.256
Total	4.769.236	4.520.547

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Para negociação	4.745.647	4.488.256
Total	4.745.647	4.488.256

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

Fundo de Investimento Renda Fixa LP	2.911.467	2.446.445
Fundo de Investimento RF DI VIP	1.834.180	2.041.811
	<u>4.745.647</u>	<u>4.488.256</u>

A remuneração das aplicações teve rendimento médio de 11,83% a 12,79% ao ano.

A partir de janeiro de 2022, os recursos dos grupos encerrados contabilmente passaram a ser contabilizados em contas de compensação, de acordo com a Resolução BCB nº 156/2021.

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Ativo	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF	37.116	52.679
Total	37.116	52.679

Resultado do Exercício	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
IRPJ Corrente	(191.800)	(110.779)
CSLL Corrente	(73.368)	(44.200)
Total	(265.168)	(154.979)

NOTA 06 - PAGAMENTOS A RESSARCIR

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Grupos (a)	589.771	575.687
Total	589.771	575.687

Os pagamentos a ressarcir referem-se às seguintes operações:

- a) O montante de R\$ 588.970 (R\$ 423.562 em 2022) refere-se a valores de empréstimos realizados pela Administradora aos grupos de consórcio encerrados. Destina-se a viabilizar a devolução dos valores a consorciados desistentes ou excluídos. O ressarcimento dos recursos à Administradora é efetuado por ocasião da disponibilidade de caixa nos grupos (devolução) e mediante recuperação dos valores via cobrança judicial.
- b) O montante de R\$ 801 (R\$ 152.125 em 2022), trata-se de valores de cotas adquiridas em nome da administradora, para possibilitar a manutenção de alguns grupos de consórcio que tiveram dificuldades de caixa ou para investimento. Tais cotas foram adquiridas, mas somente poderão ser contempladas no término dos grupos.

NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos de Salários	5.507	29.131
Serviços Prestados a Receber	23.749	13.211
Total	29.256	42.342

NOTA 08 – IMOBILIZADO

	Taxa Anual de	Custo	Depreciação	Valor Residual	
	Depreciação	Corrigido	Acumulada	30/06/2023	31/12/2022
Terrenos	-	400.000	-	400.000	400.000
Edificações	4%	352.000	(67.163)	284.837	291.876
Móveis e Equipamentos de uso	10%	349.007	(290.405)	58.602	37.100
Sistema de Processamento Dados	20%	265.037	(239.907)	25.130	23.527
Sistema de Transporte	20%	39.590	(39.590)	-	-
(-) Transferência Intangível		(217.057)	217.057	-	-
Total		1.188.577	(420.008)	768.569	752.503

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão IRPJ	5.357	-
Provisão CSLL	10.681	8.738
PIS	5.408	5.107
COFINS	25.627	24.206
ISS	17.992	16.852
Impostos e Contribuições s/ Salários	54.336	48.348
Outros	803	929
Total	120.204	104.180

NOTA 10 - PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	30/06/2023	31/12/2022
Recursos Não Procurados	1.356.789	1.563.344
Provisão de Férias	138.984	127.770
Credores Diversos	35.998	13.030
Total	1.531.771	1.704.144

NOTA 11 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 1.969.000 dividido em 1.969.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Sócios	Quotas	Em Reais R\$
Primo Menegalli	1.949.313	1.949.313
Primo Menegalli Junior	19.687	19.687
Total	1.969.000	1.969.000

NOTA 12 - RECEITAS

	30/06/2023	31/12/2022
Rendimento Títulos de Renda Fixa	366.563	278.146
Taxa de Administração	2.135.258	2.066.427
Serviços Prestados	89.464	91.095
Recuperação Encargos e Despesas	354.304	45.770
Outros	2.854	5.000
Total	2.948.443	2.486.438

NOTA 13 - POSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	30/06/2023	31/12/2022
Grupos em Andamento	30	28
Número de Participantes		
Ativos	3.673	3.813
Excluídos	3.793	3.657
Bens Entregues	2.500	2.704
Bens Pendentes de Entrega	234	197
Taxa de Inadimplência		
Contemplados	13,40%	14,45%
Não Contemplados	10,50%	11,36%

NOTA 14 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa média de administração praticada no período de 2023 para os grupos de consórcios foi de acordo com os seguintes percentuais:

	30/06/2023	31/12/2022
Automóveis	14,95%	14,90%
Motocicletas	18,20%	18,00%
Imóveis	19,60%	19,59%
Bens Móveis	18,00%	18,00%

NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS

Cíveis

A Instituição não possui ações de devoluções de parcelas pagas, de quitação de dívida via seguro e danos morais impetradas por consorciados, classificadas pelo assessor jurídico como probabilidade de perda provável ou possível.

NOTA 16 - EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2023.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.** (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.** em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2023 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 10 de março de 2023. E com relação as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 22 de julho de 2022.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma (SC), 21 de julho de 2023.
Murilo César Klein – Contador CRC (SC) nº 030755/O-5
Martinelli Auditores - CRC (SC) nº 001.132/O-9

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Local e Data Araranguá/SC 22/08/2023